

Celta Holdings S.A.

CNPJ 07.394.072/0001-00
Sede: Avenida Paulista, 1.450, 9º Andar, Parte, Cerqueira César - São Paulo - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

São Paulo, SP, 29 de janeiro de 2014.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais					
	2013	2012	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ATIVO					
CIRCULANTE	113.951	44.154	CIRCULANTE	872	694
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5).....	34.266	23.054	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 13e).....	156	83
Dividendos a Receber (Nota 12).....	78.959	19.835	Dividendos a Pagar (Nota 8d).....	629	444
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 13d).....	117	32	Provisão para Pagamento de Despesas Administrativas.....	87	93
Créditos Tributários (Nota 13c).....	609	1.233	Outras Obrigações a Pagar.....	-	74
NÃO CIRCULANTE	365.084	367.496	NÃO CIRCULANTE	3.707	2.122
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	98.655	100.521	Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 13c).....	3.707	2.122
Créditos Tributários (Nota 13c).....	2.988	3.050	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	474.456	408.834
Valores a Receber (Nota 6).....	95.667	97.471	Capital Social.....	194.000	148.000
INVESTIMENTOS (Nota 7)	266.429	266.975	Reservas de Capital (Nota 8b).....	21.993	67.993
TOTAL	479.035	411.650	Reservas de Lucros (Nota 8c).....	258.463	192.841
			TOTAL	479.035	411.650

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais			DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais					
	2013	2012	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Lucros Acumulados	Totais
RECEITAS OPERACIONAIS	70.360	50.398	Eventos					
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 7).....	58.579	40.160	Saldos em 31.12.2011	124.500	91.493	6.622	139.900	-
Receitas Financeiras (Nota 9).....	11.775	10.236	Aumento de Capital com Reservas.....	23.500	(23.500)	-	-	-
Outras Receitas Operacionais.....	6	2	Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	46.763	46.763
DESPESAS OPERACIONAIS	193	269	Destinações: - Reservas.....	-	-	2.338	43.981	(46.319)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 11).....	151	230	- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	(444)
Despesas Tributárias (Nota 10).....	42	39	Saldos em 31.12.2012	148.000	67.993	8.960	183.881	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	70.167	50.129	Aumento de Capital com Reservas.....	46.000	(46.000)	-	-	-
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 13a)	(3.916)	(3.366)	Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	66.251	66.251
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	66.251	46.763	Destinações: - Reservas.....	-	-	3.312	62.310	(65.622)
Número de Ações.....	740.000	740.000	- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	(629)
Lucro Líquido Básico por ação em R\$.....	89,53	63,19	Saldos em 31.12.2013	194.000	21.993	12.272	246.191	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais			DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais			
	2013	2012	2013	%	2012	%
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			1 - RECEITAS			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	70.167	50.129	2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	104	188	0,3
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos.....	(67.831)	(48.152)	2.1 Serviços de Terceiros.....	104	188	0,3
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	(58.579)	(40.160)	3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(104)	(0,1)	(188)
Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas.....	(9.252)	(7.992)	4 - RETENÇÕES			
Lucro Líquido Ajustado	2.336	1.977	5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	(104)	(0,1)	(188)
Aumento em Outros Ativos.....	10.694	10.098	6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	74.543	100,1	55.197
Redução/(Aumento) em Outras Obrigações.....	(81)	84	6.1 Resultado de Equivalência Patrimonial.....	58.579	78,7	40.160
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(1.293)	(167)	6.2) Receitas Financeiras.....	15.958	21,4	15.035
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	11.656	11.992	6.3) Outras Receitas Operacionais.....	6	-	2
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	74.439	100,0	55.009
Dividendos Provisionados/Pagos.....	(444)	(221)	8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	74.439	100,0	55.009
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(444)	(221)	8.1) Impostos, Taxas e Contribuições	4.005	5,4	3.447
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	11.212	11.771	Federais.....	4.005	5,4	3.447
Aumento de Caixa Líquido e Equivalentes de Caixa	11.212	11.771	8.2) Remuneração de Capitais de Terceiros e Outros..	4.183	5,6	4.799
Início do Exercício.....	23.054	11.283	8.3) Remuneração de Capitais Próprios	66.251	89,0	46.763
Fim do Exercício.....	34.266	23.054	Dividendos.....	629	0,8	444
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	11.212	11.771	Lucros Retidos.....	65.622	88,2	46.319

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais		
	2013	2012
Lucro Líquido do Exercício.....	66.251	46.763
Total do Resultado Abrangente	66.251	46.763

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Celta Holdings S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades como cotista ou acionista. A Celta Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.
A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 29 de janeiro de 2014.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir: Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis
As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.
A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme Nota 4.
A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas e quando acionistas deliberaram pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.

2.2) Moeda funcional e de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, cujos vencimentos na data da efetiva aplicação são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro, conforme apresentado na Nota 5.

2.4) Ativos financeiros
A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria: registrados pelo valor justo por meio do resultado e disponibilizados para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.
Mensurados a valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado
Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

2.5) Passivos financeiros
A Companhia classifica os seus passivos financeiros pelo custo amortizado. Tais passivos são inicialmente registrados pelo seu valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado.

2.6) Determinação do valor justo
O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.
As aplicações em fundos de investimento, são avaliadas com base no valor cota divulgado pelo Administrador do fundo investido, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.7) Investimento em coligadas
Os investimentos em sociedades coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a empresa e suas coligadas são eliminados na medida da participação da empresa, e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em coligadas estão apresentados na Nota 7.

2.8) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.
A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.
Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.9) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:
• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
• Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
• Passivos Contingentes: são utilizados para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
• Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Não houve registro ou divulgação sobre provisões, ativos contingentes e passivos contingentes.

continua...

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
ADC - BRADESCO ASSOCIACAO DESPORTIVA CLASSISTA.....	2
ALVORADA CIA. SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS	9
CELTA HOLDINGS S.A.	7
COLUMBUS HOLDINGS SA	11
COMPANHIA DOCS DO ESTADO DE SÃO PAULO	3



Diário Oficial Empresarial 2

Estado de São Paulo

Volume 124 • Número 66
São Paulo, terça-feira, 8 de abril de 2014

Página 7

Imprensa Oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Celta Holdings S.A.

CNPJ 07.394.072/0001-00
Sede: Avenida Paulista, 1.450, 9º Andar, Parte, Cerqueira César - São Paulo - SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

7) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial e corresponderam, no exercício, a um resultado positivo de R\$ 58.579 (2012 - R\$ 40.160).

b) A composição dos investimentos está demonstrada a seguir:

Empresa	Exercícios findos em 31 de dezembro							
	Patrimônio líquido ajustado	Lucro líquido ajustado	Quantidade de ações possuídas (em milhares)	Participação no capital social - %	Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (1)	
					2013	2012	2013	2012
Fidelity Processadora de Serviços S.A.	543.733	119.549	62.924	48,99	266.429	266.975	58.579	40.160
Total	266.429	266.975	58.579	40.160				

(1) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas Companhias, a partir da aquisição e incluem variações patrimoniais das investidas não decorrentes do resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis.

8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2013		2012	
	Ordinárias	Total	Ordinárias	Total
Ordinárias	740.000	740.000	740.000	740.000
Total	740.000	740.000	740.000	740.000

b) Reservas de capital

A reserva de capital é composta principalmente por ágio pago pelos acionistas na subscrição de ações. A reserva de capital é utilizada para (i) absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros, (ii) resgate, reembolso ou compra de ações, (iii) resgate de partes beneficiárias, (iv) incorporação ao capital social e (v) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

Em Ata Sumária das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária, realizadas cumulativamente em 29 de abril de 2013, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 46.000, elevando-o de R\$ 148.000 para R\$ 194.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Capital - Ágio sobre Investimentos" de acordo com o dispositivo no Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76. Em consequência, a redação do "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social passa a ser a seguinte:

"Art. 6º - O Capital Social é de R\$ 194.000 (cento e noventa e quatro milhões de reais), dividido em 740.000 (setecentas e quarenta mil) ações nominativas-escriturais, sem valor nominal".

c) Reservas de lucros

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2013		2012	
	Reservas de lucros	Total	Reservas de lucros	Total
Reserva legal (1)	12.272	8.959	12.272	8.959
Reserva estatutária (2)	246.191	183.882	246.191	183.882
Total	258.463	192.841	258.463	192.841

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

d) Dividendos

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2013 e 2012 estão demonstrados a seguir:

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2013		2012	
	Lucro líquido do exercício	% (1)	Lucro líquido do exercício	% (1)
Reserva legal	66.251		46.763	
Base de cálculo	(3.312)		(2.338)	
Total dos dividendos	62.939		44.425	
Dividendos mínimos obrigatórios	629		444	
Total dos dividendos	629	1,0	444	1,0

9) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
	Rendimento de aplicações em fundos de investimentos financeiros	2.523
Juros ativos	4.599	4.977
Variação monetária ativa	4.663	3.015
Total	11.775	10.236

10) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
	Impostos e taxas	42
Total	42	39

11) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
	Serviços de terceiros	9
Editais e publicações	95	114
Contribuição sindical patronal	47	42
Total	151	230

12) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2013		2012	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Caixa e equivalentes de caixa:				
Banco Bradesco S.A.	10	-	11	-
Dividendos a pagar:				
União Participações S.A.	(629)	-	(444)	-
Dividendos a receber:				
Fidelity Processadora de Serviços S.A.	78.959	-	19.835	-

13) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
	Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	70.167
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(23.857)	(17.044)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes	19.917	13.655
Outros valores	24	23
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(3.916)	(3.366)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
	Impostos correntes:	
Imposto de renda e contribuição social devidos	(3.230)	(2.599)
Impostos diferidos:		
Constituição/Realização no exercício, sobre adições temporárias	29	(28)
Constituição/Realização no exercício, de prejuízo fiscal e base negativa	(715)	(739)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(3.916)	(3.366)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2012		2013	
	Constituição	Realização	Constituição	Realização
Outras provisões	-	29	-	29
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	4.283	-	715	3.568
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	4.283	29	715	3.597
Obrigações fiscais diferidas	2.122	2.759	1.174	3.707
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	2.161	(2.730)	(459)	(110)

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, no montante de R\$ 3.324 (2012 - R\$ 4.075).

d) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar no montante de R\$ 117 (2012 - R\$ 32) referem-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras.

e) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 156 (2012 - R\$ 83), referem-se a Imposto de Renda de R\$ 114 (2012 - R\$ 61), e Contribuição Social de R\$ 42 (2012 - R\$ 22).

f) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
	2014	2015	2016	2017	
2014	4	1	444	160	609
2015	7	3	748	269	1.027
2016	7	3	830	299	1.159
2017	3	1	401	145	550
2018	-	-	200	72	272
Total	21	8	2.623	945	3.597

14) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis de natureza relevantes.

b) A Companhia, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

c) Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins. A MP 627/13 dispõe sobre:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais; e
- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.

A Celta Holdings S.A. aguardará a conversão em Lei da MP 627/13 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes para a Companhia.

d) Não houve eventos subsequentes que requerem ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2013.

A DIRETORIA

Silvio José Alves – Contador – CRC-1SP202567/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

Celta Holdings S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Celta Holdings S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das

demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Celta Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Celta Holdings S.A., para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 04 de abril de 2014



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 F SP

Marco Antonio Pontieri

Contador CRC 1SP153569/O-0



io e-negociospublicos

Divulgação das licitações de todos os negócios públicos realizados no Estado, disponíveis gratuitamente para pesquisa.

Imprensa Oficial, garantia de transparência e segurança da informação

www.imprensaoficial.com.br/negociospublicos

...continuação

Celta Holdings S.A.

CNPJ 07.394.072/0001-00

Sede: Avenida Paulista, 1.450, 9º Andar, Parte, Cerqueira César - São Paulo - SP

 Gestão, Elaboração e
Divulgação de
Relatórios de Análise
Econômica Financeira e
Demonstrações
Contábeis Consolidadas
da Organização
Financeira.

ISO 9001

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

12) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2013		2012	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Caixa e equivalentes de caixa:				
Banco Bradesco S.A.	10	-	11	-
Dividendos a pagar:				
União Participações S.A.	(629)	-	(444)	-
Dividendos a receber:				
Fidelity Processadora de Serviços S.A.	78.959	-	19.835	-

13) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	70.167	50.129
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	(23.857)	(17.044)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes	19.917	13.655
Outros valores	24	23
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(3.916)	(3.366)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(3.230)	(2.599)
Impostos diferidos:		
Constituição/Realização no exercício, sobre adições temporárias.....	29	(28)
Constituição/Realização no exercício, de prejuízo fiscal e base negativa.....	(715)	(739)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(3.916)	(3.366)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2013
Outras provisões	-	29
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	4.283	715
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	4.283	715
Obrigações fiscais diferidas.....	2.122	3.707
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas ..	2.161	(110)

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, no montante de R\$ 3.324 (2012 - R\$ 4.075).

d) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar no montante de R\$ 117 (2012 - R\$ 32) referem-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras.

e) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 156 (2012 - R\$ 83), referem-se a Imposto de Renda de R\$ 114 (2012 - R\$ 61), e Contribuição Social de R\$ 42 (2012 - R\$ 22).

f) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2014.....	4	1	444	160	609
2015.....	7	3	748	269	1.027
2016.....	7	3	830	299	1.139
2017.....	3	1	401	145	550
2018.....	-	-	200	72	272
Total	21	8	2.623	945	3.597

14) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis de natureza relevantes.

b) A Companhia, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

c) Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins. A MP 627/13 dispõe sobre:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais; e
- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.

A Celta Holdings S.A. aguardará a conversão em Lei da MP 627/13 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes para a Companhia.

d) Não houve eventos subsequentes que requerem ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2013.

A DIRETORIA

Silvio José Alves – Contador – CRC-1SP202567/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

Celta Holdings S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Celta Holdings S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui,

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Celta Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Celta Holdings S.A., para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 04 de abril de 2014

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0



● A pesquisa que vale é a pesquisa de outubro, nas urnas.

Michel Temer (PMDB), vice-presidente

Para o PT, dias do 'coronel Campos' estão acabando.

Alfinetadas no ex-governador durante o lançamento de candidatura petista em chapa encabeçada pelo PTB



Ed Ferreira/Estadão Conteúdo



FELICIANO JÁ USOU DROGAS

O pastor evangélico e deputado federal Marco Feliciano, 41, deu uma entrevista polêmica para a revista *Playboy*.

Ao responder se considerava possível para um homem sentir prazer com sexo anal, disse: "Com certeza, tem homens que têm tara por ânus, sim", avaliou. "Eu não entendo muito dessa área porque nunca fiz, graças a Deus. E espero nunca fazer, porque parece que

quem faz não volta mais", riu. "Deve ser uma coisa tão estranha..."

Em outro ponto controverso do bate-papo, Feliciano confessou ter experimentado cocaína na adolescência.

"Conheci a cocaína nos bailinhos, no fim dos 12 anos", afirmou. "Só a cocaína. Eu tentei a maconha, mas engasguei, nunca consegui fumar nem cigarro. Não conseguia tragar. Com a cocaína era fácil."

ALCKMIN DÁ AO PARTIDO DO PASTOR

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), concedeu ao PSC o segundo cargo mais importante da Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania. Gilberto Nascimento Jr, filho do presidente estadual do partido, foi nomeado secretário-adjunto da pasta.

A secretaria é responsável pelas políticas de direitos humanos, como valorização de minorias e diversidade sexual. Esses temas também ficam aos cuidados do PSC na Câmara dos Deputados, onde o partido preside a Comissão de Direitos Humanos, com o pastor e deputado Marco Feliciano. Ele foi nomeado à chefia do colegiado no ano passado e desencadeou protestos.

O PSC ocupava a secretaria-adjunta do Desenvolvimento Metropolitano desde 2013, até que o governo extinguiu a pasta

para cortar despesas. Para que conseguisse manter o partido no arco de alianças para sua campanha à reeleição, Alckmin decidiu acomodar o PSC na subchefia de Justiça e Defesa da Cidadania.

Alckmin escolheu o procurador de Justiça Márcio Elias Rosa para chefiar o Ministério Público estadual por mais dois anos. Elias Rosa venceu a eleição interna da instituição contra o procurador de Justiça Luiz Antonio Guimarães Marrey e teve seu nome chancelado ontem pelo governador.

É a segunda vez que Alckmin conduz Elias Rosa para o cargo de procurador-geral de Justiça. Na eleição anterior, em 2012, Rosa fora superado pelo candidato de oposição Felipe Locke, mas foi o escolhido do governador para o posto.

Críticas ao ex-governador Eduardo Campos (PSB-PE) marcaram ontem evento do PT de Pernambuco organizado para lançar o deputado federal João Paulo (PT-PE) ao Senado em uma chapa encabeçada pelo PTB. "A arrogância dos nossos adversários faz contas até de eleger 20 deputados federais, 40 deputados estaduais. Mas estou achando que a situação não vai ser essa", disse o senador Humberto Costa (PT-PE).

O PT irá integrar em Pernambuco a chapa ao governo do senador Armando Monteiro Neto (PTB), eleito em 2010 com ajuda de Campos.

PT e PSB eram aliados no Estado até as eleições municipais de 2012, quando Campos desistiu de apoiar o PT, que enfrentou dificuldades internas para definir quem seria seu candidato à Prefeitura do Recife. Campos então lançou a candidatura do atual prefeito



Mauro Filho/Estadão Conteúdo

Campos (PSB-PE): ex-governador e virtual candidato à Presidência.

Geraldo Julio (PSB).

Rachado, o PT saiu enfraquecido da disputa e a relação entre os dois partidos azedou de vez. No ano passado, Campos oficializou nacionalmente o rompimento com o PT ao entre-

gar os cargos do PSB no governo federal. PT e PTB tomaram a mesma ação em Pernambuco e hoje são oposição no Estado.

"Nosso partido hoje está unido. Isso, inclusive, não deve ter entrado nas contas da-

queles que montaram aquela chapa lá. Esperavam que o PT fosse se dividir, ter mil confusões, para fazer o que já fizeram em outras oportunidades: aproveitar as divergências do PT para fazer que seus projetos possam efetivamente caminhar", disse Costa.

Os petistas de PE afirmam já ter apoio do Pros, PRB e PSC e dizem ser possível atrair PP e PDT para enfrentar a chapa governista, encabeçada pelo escolhido de Eduardo Campos, o ex-secretário estadual da Fazenda Paulo Câmara (PSB). O deputado federal Raul Henry (PMDB-PE) será candidato a vice e Fernando Bezerra (PSB-PE), ex-ministro da Integração de Dilma disputará o Senado.

Ao final do evento, um dos militantes que assistia ao anúncio gritou que "os dias do coronel estão acabando", em referência a Campos, pré-candidato à Presidência da República. (*Folhapress*)

'Pressão do volta, Lula não vai alimentar troca dos nomes', diz Temer.

Para governo, inflação é "solução nada simples", Precisa ser enfrentado para abafar o "volta, Lula".

O vice-presidente Michel Temer disse ontem em Nova York, que a pressão pelo "volta, Lula" - campanha velada pelo retorno do ex-presidente à cédula eleitoral de 2014 - é algo que "já fluiu" e que o Lula não tem "intenção" de se candidatar agora.

Temer defendeu ainda que a queda da presidente Dilma Rousseff nas intenções de voto, mostrada na última pesquisa Datafolha, não vai realimentar o movimento pela troca dos nomes ao Planalto.

"Não creio que haja nem a intenção do ex-presidente Lula e nem a disposição da presidente Dilma de acolher a tese". Para Temer, variações em pesquisas de intenção de voto são "muito comuns" e

esta mostra apenas a "fotografia do momento".

Na pesquisa, Dilma caiu de 44% para 38%, enquanto Aécio Neves (PSDB) manteve 16% e Eduardo Campos (PSB) oscilou de 9% para 10%.

"A pesquisa que vale é a pesquisa de outubro, nas urnas", disse. "E ainda assim verifica-se que ela, com este índice, ainda ganha no 1º turno."

Diante dos dados - 65% dos eleitores acreditam que a inflação deverá aumentar -, Temer disse que a situação está "sob controle". "No ano passado, quando o tomate aumentou de preço, gerou uma expectativa de que a inflação seria uma coisa incontornável. Entretanto, não tivemos isso. Estamos vivendo agora mais ou menos o mesmo momen-



Marcos de Paula/Estadão Conteúdo

Vice-presidente Temer diz que não vê, em Lula, intenção de volta.

to. O governo tem instrumentos e está trabalhando para conter a inflação."

Segundo reportagem de domingo na *Folha de S.Paulo*, a inflação é o tema que mais preo-

cupa o governo neste momento e de "solução nada simples", mas que precisa ser enfrentado para evitar a queda de Dilma e abafar o coro do "volta, Lula". (*Folhapress*)

Oposição quer o Vaticano

Mediador religioso seria uma das condições para dialogar com o governo de Nicolás Maduro

Miguel Gutiérrez/EFE

Opositores distribuem panfletos no formato de cédulas de 50 bolívares com a imagem do presidente venezuelano



O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, disse ontem que aceitou a proposta dos chanceleres da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) para se reunir hoje com a oposição. A coalizão opositora, porém, citou uma série de condições para participar das conversas, incluindo a presença do Vaticano.

"Estamos dispostos a um diálogo verdadeiro, com uma agenda clara, em igualdade de condições e cujo primeiro encontro seja com transmissão ao vivo em cadeia nacional de rádio e televisão", diz a carta da Mesa da Unidade Democrática (MUD).

Os oito ministros de Relações Exteriores da Unasul, incluindo o brasileiro Luiz Fernando Figueiredo, voltaram ontem a Caracas para tentar mediar conversas entre governo e oposição, em meio aos conflitos que, desde fevereiro, já mataram ao menos 39 no país.

Os chanceleres se reuniram com dez representantes

de partidos opositores depois que o presidente Nicolás Maduro anunciou que aceitaria o diálogo com a oposição proposto pela Unasul.

O secretário-executivo da MUD, Ramón Guillermo Avello, leu perante os jornalistas a carta, na qual se reivindica uma terceira parte para intermediar o diálogo.

"Consideramos bom que o terceiro seja o Vaticano", disse Avello após lembrar que o governo também manifestou seu sinal verde a esta proposta.

Além disso, as reivindicações da oposição incluem uma "lei de anistia" para os presos políticos e a desmobilização de paramilitares que supostamente apoiam o governo.

Denúncia - Enquanto se discute o diálogo em Caracas, parlamentares de partidos de direita da Argentina, Bolívia e Peru pediram ao Tribunal Penal Internacional (TPI) em Haia que investigue o presidente Maduro e outros membros do governo venezuelano por crimes de lesa-humanidade. A informação é do jornal *El Universal*.

Em comunicado divulgado em Buenos Aires, os deputados solicitaram à Procuradoria do TPI a investigação de "viola-

TURQUIA
Google recorre a tribunais contra bloqueio de YouTube no país

EGITO
Quatro homens são condenados a até oito anos de prisão por atos homossexuais

Santi Donaire/EFE - 06/04/14



Manifestantes mantêm barricadas em Chacao

sofrem quando vão ao supermercado e enfrentam as mesmas filas", disse o coordenador da Frente Nacional de Classe Média Socialista, Carlos Hurtado, à *Union Radio*.

O dirigente do governista Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) admitiu que faltam planos econômicos e políticos "claros" e que é questionado por outros militantes por causa disso.

Sequestro - A jornalista Nairobi Pinto, do canal privado *Globovisión*, foi sequestrada no domingo na porta de casa por homens encapuzados, segundo seu pai, Luis Pinto.

Os criminosos ainda não entraram em contato com a família, e não estava claro se foi crime comum ou retaliação ao trabalho de Nairobi. (*Agências*)

ADC Bradesco - Associação Desportiva Classista

CNPJ 51.244.101/0001-49

Sede: Rua Thomás Antônio Gonzaga, nº 251, Osasco, SP

Gestão, Elaboração e Divulgação de Relatórios de Análise Econômica Financeira e Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Bradesco

ISO 9001

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	2013	2012		2013	2012
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL		
CIRCULANTE	1.765	2.165	CIRCULANTE	1.727	2.286
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.584	2.156	Salários e Encargos Sociais	136	117
Sem Restrição (Nota 3a)	57	28	Impostos e Contribuições a Recolher	12	10
Com Restrição (Notas 3b e 8b)	1.527	2.128	Outras Obrigações	52	31
Outros Créditos	181	9	Recursos de Entidade Pública Nacional (Nota 8)	1.527	2.128
Adiantamentos Diversos (Nota 4)	181	9			
NÃO CIRCULANTE	138	149	NÃO CIRCULANTE	16	24
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	16	24	Provisão para Contingências Trabalhistas (Nota 9a)	16	24
Depósitos Judiciais (Nota 9a)	16	24			
IMOBILIZADO (Nota 5)	122	125	PATRIMÔNIO SOCIAL	160	4
Imobilizado	273	255	Superávit Acumulado	160	4
Depreciação Acumulada	(151)	(130)			
TOTAL	1.903	2.314	TOTAL	1.903	2.314

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
RECEITA BRUTA OPERACIONAL	5.307	4.680
Receitas de Doações (Nota 9d)	5.306	4.680
Receitas Financeiras - Fundo Próprio	1	-
RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL	5.307	4.680
DESPESAS OPERACIONAIS	5.151	4.679
Pessoal e Encargos Sociais	989	881
Serviços Prestados (Nota 9b)	2.590	2.315
Transportes, Viagens e Estádias	157	158
Manutenção de Atletas	277	243
Impostos, Taxas e Contribuições	34	60
Cursos e Treinamentos	16	35
Jogos e Competições	12	88
Materiais de Expediente	24	63
Aquisição e Manutenção de Bens	89	171
Contrapartida de Projetos	186	150
Marketing	60	55
Auditoria e Publicações de Balanço	80	43
Seguro Pessoal	76	68
Outras Despesas Operacionais (Nota 9c)	561	349
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	156	1

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL - Em Milhares de Reais

	Superávit Acumulado	
	2013	2012
Saldo em 31.12.2011		3
Superávit do exercício		1
Saldo em 31.12.2012		4
Superávit do exercício		156
Saldo em 31.12.2013		160

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

- CONTEXTO OPERACIONAL**
A ADC Bradesco - Associação Desportiva Classista é uma associação civil, sem fins lucrativos, que tem por objetivo principal a prática do esporte, além do desenvolvimento de atividades sociais, recreativas e culturais, em ambiente de respeito pelos princípios de solidariedade humana, bem como da prestação de serviços de assessoria, organização mediante a manutenção de equipes esportivas em todas as categorias existentes, doravante denominada Associação. A Associação conta com recursos provenientes da Fundação Bradesco para realizar suas atividades. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi dada pelo Conselho de Diretoria em 29 de janeiro de 2014.
- RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS E BASES DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com a resolução CFC nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, associados aos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis a entidade sem finalidade de lucro. As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. Para melhor apresentação e comparabilidade das informações relativas aos projetos sociais, vide Nota explicativa 8b, os saldos estão sendo incluídos nas demonstrações contábeis e não somente controlados em contas de compensação. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir.
- 2.1) Moeda funcional e de apresentação**
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.
- 2.2) Caixa e equivalentes de caixa**
Recursos sem restrição
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, cujos vencimentos na data da efetiva aplicação, são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente convertíveis em dinheiro.
Recursos com restrição
Os valores apresentados nesta rubrica referem-se aos recursos disponibilizados, por meio dos convênios públicos firmados entre a ADC Bradesco e os respectivos órgãos competentes. Tais recursos são aplicados somente nas atividades definidas nos contratos de convênio.
- 2.3) Imobilizado**
É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em conta o tempo de vida útil dos bens. Vide taxas informadas na Nota 5.
- 2.4) Apuração do superávit/déficit**
Apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.
- 2.5) Provisões e passivos contingentes**
a) O reconhecimento das provisões é efetuado de acordo com os critérios abaixo:
• Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
b) Os passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente uma vez que são considerados de perda possível. Não há passivos contingentes relevantes.
- 3) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**
a) **Recursos sem restrição**

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Disponibilidade em moeda nacional (1)	57	28
Total caixa e equivalentes de caixa	57	28

(1) Refere-se a depósito à vista.

b) **Recursos com restrição**

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Disponibilidade em moeda nacional - com restrição (1)	1.527	2.128
Total caixa e equivalentes de caixa	1.527	2.128

(1) Refere-se a recursos dos Convênios Públicos, conforme descrito na Nota 8.

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da
ADC Bradesco - Associação Desportiva Classista
Osasco - SP

Introdução
Revisamos o balanço patrimonial da ADC Bradesco - Associação Desportiva Classista ("Entidade"), em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas. A administração da Entidade é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa revisão.

Alcance da revisão
Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Essas normas requerem que a revisão seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança limitada de que as demonstrações contábeis apresentadas estão livres de distorção relevante. Uma revisão está

limitada, principalmente, a indagações ao pessoal da entidade e a aplicação de procedimentos analíticos aos dados financeiros e, portanto, proporcionam menos segurança do que uma auditoria. Não realizamos uma auditoria e, consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Osasco, 04 de abril de 2014



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0

Paulo Roberto Grecco - Contador - CRC - 1SP150074/O-9

DIRETORIA

Diretora-Presidente
Denise Aguiar Alvarez

Diretores
José Luiz Rodrigues Bueno
João Sabino
João Arnaldo Guyoti